



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 22/2019

CARTA-CONTRATO N. 22/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0001900-92.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2019.

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA SEGUROS
SURA S.A., PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA A
FROTA DE VEÍCULOS DO TRE-RO.**

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **SEGUROS SURA S.A.**, CNPJ 33.065.699/0001-27, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 4º andar, Brooklin Novo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, Telefone(s): (31) 3073-7300 / 99931-1277 / (11) 3556-7000/3556-7457, E-mail(s): cotacao@br.hembseguros.com.br, neste ato representada por **MARCELO POZZI PESTANA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG n. 28.011.836/SSP-SP e CPF n. 295.882.928-67, E-mail(s): marcelo.pestana@segurossura.com.br.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Federais 3555/2000, 9.507/2018, 5.450/2005, 60.459/1967 (com a redação dada pelo Decreto 93.871/1986), e, de forma subsidiária, Leis 8.078/1990



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE/RO 004/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9.507/2018, 3555/2000 e 5.450/2005.

Ato de Autorização: DESPACHO Nº 4740/2019- PRES/DG/GABDG, de 26/09/2019.

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 622/2019- PRES/DG/GABDG, de 18/11/2019.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto da presente Carta-Contrato é a contratação de serviço de SEGURO para os veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis, lanternas e assistência 24 horas.

Subcláusula Primeira – As especificações técnicas inseridas no Termo de Referência respectivo constam reproduzidas no anexo I deste instrumento.

Subcláusula Segunda - A tabela da frota de veículos do TRE-RO inserida no Termo de Referência consta reproduzida no anexo II deste instrumento, sendo que, durante a vigência do seguro, essa tabela poderá ser alterada, tendo em vista a necessidade de supressão ou substituição de veículos, ou, ainda, de inclusão de novos veículos, que deverão ser inseridos nesta contratação obedecendo às normas de inclusão por endosso, e observado o que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. A eventual devolução pela contratada ao TRE-RO de valores decorrentes desta contratação se dará mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União – GRU, a ser emitida pelo setor competente.

Subcláusula Terceira – No Termo de Referência e no Edital respectivos constam outros anexos e informações complementares relativas ao objeto desta contratação.

Subcláusula Quarta - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 600/2015 - TCU – Plenário, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução desta Carta-Contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 12 (doze) meses a partir das 24:00hs do dia 07/01/2020 até as 24:00hs do dia



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06/01/2021- conforme **item 2.2 do anexo I deste instrumento** (Especificações Técnicas).

Subcláusula Segunda – Caso o início da cobertura somente seja possível após a data indicada acima, a data a ser considerada será a da assinatura desta Carta-Contrato.

Subcláusula Terceira – No caso de prorrogação desta Carta-Contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e serão observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 59.500,00** (cinquenta e nove mil e quinhentos reais), conforme proposta da CONTRATADA, e consoante detalhado abaixo:

| DESCRIÇÃO | VALOR ANUAL |
|--|----------------------|
| A)Valor do Seguro (proposta da Contratada) | R\$ 39.500,00 |
| B)Valor reservado para pagamento de franquia por eventual sinistro | R\$ 20.000,00 |
| Valor total estimado da Carta-Contrato | R\$ 59.500,00 |

Subcláusula Primeira – O valor da franquia indicado no item B do quadro acima não foi objeto de licitação e proposta, e somente será utilizado em caso de sinistro, não havendo necessidade de empenho prévio.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – O eventual pagamento de cada franquia será feito consoante proposta de preços apresentada pela CONTRATADA.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do orçamento 2020 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, e consoante quadro resumo a seguir:

| FONTE ORÇAMENTÁRIA | | | |
|----------------------|-------|----|---------------------------------------|
| CATEGORIA ORÇAMENTO) | (TIPO | DE | Ordinário |
| AGREGADOR | | | Operação dos serviços administrativos |
| DESPESA AGREGADA | | | Seguro anual da frota de Veículos |
| PLANO INTERNO | | | AOSA SEGURO |

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento do valor do prêmio da apólice contratada será efetuado por meio de ordem bancária - ou por ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10º (décimo) dia útil, contados do recebimento da Fatura/recibo de seguro, aplicadas as retenções legais devidas e observadas as regras a seguir:

Subcláusula Primeira - O número do CNPJ constante da fatura de seguro deverá ser o mesmo indicado na Nota de Empenho, sob pena de não realização do pagamento.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quarta - A compensação financeira prevista neste item será incluída em documento para pagamento emitido posteriormente à ocorrência.

Subcláusula Quinta - O pagamento de eventuais franquias de seguro deverá ser processado em fatura específica para esse fim, conforme valores consignados nas respectivas apólices.

Subcláusula Sexta - No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social, à Justiça do Trabalho, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula Sétima - Havendo eventual erro nos documentos apresentados ou circunstância por parte da CONTRATADA que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

medidas saneadoras necessárias, no prazo notificado pelo contratante, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Oitava - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

Subcláusula Nona - Caso a CONTRATADA não regularize a pendência fiscal ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

Subcláusula Décima - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA – No TRE-RO, a Gestão e a fiscalização desta Carta-Contrato ficarão a cargo do titular Seção de Transportes do TRE-RO (SET), ou por seu substituto, em caso de ausência, aos quais competem observar as atribuições constantes Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da CONTRATANTE:

- a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus Anexos;
- b) efetuar o pagamento do valor total do prêmio do seguro, conforme estabelecido neste instrumento;
- c) arcar com os custos de pagamento das franquias estipuladas nas apólices, conforme regras estabelecidas;
- d) comunicar os eventuais sinistros à CONTRATADA, nos termos estabelecidos nas condições gerais da apólice;
- e) promover o acompanhamento e a fiscalização da contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- g) Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, inclusive alertando a empresa acerca da proximidade de obrigações e prazos que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
- h) Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
- i) Analisar e se manifestar sobre pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e
- j) Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços, regras, obrigações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, em sua proposta e apólice e no instrumento contratual;
- b) Manter representante, especificamente para contratação, no Município de Porto Velho – RO, localidade da gestão do contrato, conforme determina o Art. 68 da Lei 8.666/93 ou, na falta deste, disponibilizar central de atendimento telefônico 24 horas/dia, com custo da ligação sem ônus para este TRE-RO;
- c) Informar o TRE-RO, no ato da emissão da apólice, o nome e o número do telefone, para possíveis contatos, do representante local que ficará responsável pelo atendimento ao CONTRATANTE e/ou o número do telefone 0800 para atendimento à distância;
- d) Apresentar boleto bancário para pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura da Carta-Contrato;
- e) Indicar número do CNPJ no recibo/proposta de seguro idêntico ao da proposta comercial;
- f) Emitir a apólice de seguro dos bens no prazo de 10 (dez) dias úteis após o pagamento da Fatura/Recibo. Além disso, como medida sustentável, apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada;
- g) Regular os eventuais sinistros no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para contados da data da comunicação conforme do sinistro pela Coordenadoria de Serviços Gerais do TRE-RO;
- h) Realizar os pagamentos de indenizações devidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do cumprimento, pelo CONTRATANTE, das obrigações decorrentes do sinistro, nos termos estipulados pela apólice conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP n. 256, de 16/6/2004, sendo que:
 - h.1) No caso de perda total, a seguradora deve pagar a indenização referente ao valor do automóvel na data do acidente, sendo vedado o pagamento do valor com base na data da liquidação do sinistro (STJ, REsp 1546163).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i) Manter serviço de atendimento diário ao CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, mediante disponibilização de central de atendimento telefônico ou de responsável para contato, com vistas ao atendimento de questões relativas à execução dos presentes serviços;
- j) Manter-se, durante a execução da presente Carta-Contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- k) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
- l) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento contratual, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- m) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução da Carta-Contrato;
- n) Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do presente instrumento contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93, observado o que segue:
 - n.1) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);
 - o) comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- p) Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis.
- q) Não subcontratar e não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação.
- r) Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
- 1) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e
 - 2) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.
- s) Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual; e
- t) Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

Subcláusula Primeira – O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas neste instrumento e anexos, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a CONTRATADA à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, na forma seguinte:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – Retardar a emissão da Apólice de Seguro:

- a) Até 05 (cinco) dias após o prazo fixado: multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do prêmio da apólice;
- b) De 06 (seis) até 10 (dez) dias após o prazo fixado: multa de 3% (três por cento) por dia de atraso, podendo ser caracterizada a inexecução total da obrigação, cumulada com a reparação dos prejuízos suportados pelo CONTRATANTE em razão do vencimento da atual apólice de cobertura.

II – Retardar a regularização de eventual sinistro ocorrido: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do veículo sinistrado, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos, podendo ser caracterizada a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, sem prejuízo da multa moratória devida pelo atraso.

III – Retardar o pagamento de eventual indenização devida ao CONTRATANTE, além do prazo de 30 (trinta) dias consecutivos: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do veículo sinistrado, até o limite de 20 (vinte) dias consecutivos, podendo ser caracterizada a inexecução total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, sem prejuízo da multa moratória devida pelo atraso.

IV – Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

- a) primeiro atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa diária de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro.
- b) segundo atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato multa diária de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro.
- c) terceiro atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa diária de 3,0% (três por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) a partir do quarto atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa diária de 5,0% (cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro, podendo cumular com inexecução contratual.

Subcláusula Segunda - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste instrumento, no edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do prêmio do seguro ou do valor da obrigação inadimplida, apurada no caso concreto, nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

Subcláusula Terceira - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, está sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da rescisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual e das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, a licitante que:

- a) deixar de entregar documentação exigida neste instrumento ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar na execução deste instrumento; e
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

Subcláusula Quarta - As sanções previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quinta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE;

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Oitava - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Nona - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Primeira- O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

Subcláusula Décima Segunda - No caso da CONTRATADA ter valor a receber deste TRE-RO e não recolher o valor da multa ou condenação eventualmente imposta no prazo estabelecido, a mesma será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA - Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

- I) Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação.
- II) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da CONTRATADA; e
- III) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral desta Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Por ausência de autorização legal, não haverá reajuste de preços pela prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão as Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Federais 3555/2000, 5450/2005, 9.507/2018, 10.024/2019, 60.459/1967 (com a redação dada pelo Decreto 93.871/1986), e, de forma subsidiária, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que segue assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 21 de novembro de 2019.

| | |
|---|--|
| LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante | MARCELO POZZI PESTANA Pela Contratada |
| Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha | Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha |

ANEXO I DA CARTA CONTRATO N. 22/2019

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (REPRODUÇÃO DO ANEXO I DO
TERMO DE REFERÊNCIA RESPECTIVO)**

1. INTRODUÇÃO

Este documento estabelece os critérios para a contratação de seguro para a frota do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Os veículos objeto da cobertura estão identificados no **ANEXO III DO TR- TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO**.

2. CONDIÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1. OBJETO:

Contratação de serviço de seguro para a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis, lanternas e assistência 24 horas.

2.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

A vigência atual do seguro da frota de veículos oficiais deste Tribunal, mantida com a SEGURADORA SURA, expira às 24h do dia 06 de janeiro de 2019.

A apólice de seguros para os veículos listados no **ANEXO III DO TR - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO** deverá ter vigência a partir de zero hora do dia 07/01/2020 até às 24h do dia 06/01/2021.

2.3. ENDOSSO:

Durante a vigência novos veículos poderão ser inseridos na mesma contratação e apólice, obedecendo às normas de inclusão por endosso e os itens 2.4.14 e 2.4.15 destas Especificações Técnicas.

2.4. CONDIÇÕES GERAIS:

2.4.1. VALOR DE MERCADO REFERENCIADO

Em caso de indenização integral, o valor pago deverá tomar por base o percentual de 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br, **na data do sinistro**. Em caso de extinção ou interrupção da Tabela FIPE, a tabela substituta será a Tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual e data. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo TRE-RO, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

2.4.2. DA APÓLICE

A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o contratante. Deverá constar na apólice referida:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso, 100%.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.
- e) Ficam estipulados os limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes das tabelas do **ANEXO II DO TR - FORMULÁRIO DE PROPOSTA:**
 - e1) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):
 - I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
 - II - Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
 - e2) Acidente por Passageiro (APP):
 - I - Valor para indenização morte por pessoa: 15.000,00 (quinze mil reais);
 - II - Valor para indenização invalidez por pessoa: 15.000,00 (quinze mil reais).
- f) BÔNUS: Quando houver, observando o disposto no item 2.4.5 destas Especificações Técnicas.
- g) FRANQUIA APLICÁVEL: Observando o disposto no item 2.4.7 destas Especificações Técnicas.
- h) A apólice deverá ser disponibilizada para a contratada, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do pagamento do seguro.
- i) Após a disponibilização da referida apólice, o contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.
- j) Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pelo Gestor do contrato.
- k) A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pela Seção de Transportes do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

l) O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penalidades previstas em lei pelo referido atraso.

2.4.3. DA AVARIA

Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

Após procedimento de recuperação, pelo TRE-RO durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

Avárias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria previa, conforme item 2.4.10 destas Especificações Técnicas será desconsiderada quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

2.4.4. DO AVISO DE SINISTRO

O CONTRATADO deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, o CONTRATADO terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

Havendo a necessidade de reboque, o CONTRATADO deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

2.4.5. DO BÔNUS

O licitante vencedor, independentemente de ser ou não o atual contratado, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme valores descritos no **ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA**, elevando, em mais 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A empresa poderá diminuir a bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes no **ANEXO III DO TR - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO**.

2.4.6. DO ENDOSSO

Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo TRE-RO e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos 2.4.14 e 2.4.15 destas Especificações Técnicas.

Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que apresentarem durante o período da vigência da apólice.

A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso da Coordenadoria de Serviços Gerais do TRE-RO.

2.4.7. DA FRANQUIA

A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

I - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

II - Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, podendo variar de acordo com as informações de cada um dos veículos e seus devidos bônus.

III - Os valores de franquias específicas para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverão exceder o limite máximo de **R\$ 150,00** (cento e cinquenta reais), não sendo cumulativas com a franquia geral informada no detalhamento das propostas. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

IV - Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a contratada não cobrará franquia para esses serviços.

V - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo TRE-RO, prioritariamente, à concessionária/oficina que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

VI - Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

2.4.8. SALVADOS

Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora contratada.

É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

2.4.9. DOS SINISTROS

Informamos a Inexistência de sinistros nos últimos 5 anos.

DOS RISCOS COBERTOS - “SEGURO TOTAL”: O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

I - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

II - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

III - Raios e suas consequências.

IV - Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

V - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

VI - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

VII - Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. Nesse caso, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

VIII - Granizo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

X - Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto no item 2.4.7.

XI - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

XII - Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

XIII - Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;
- c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

2.4.10. DA VISTORIA PRÉVIA

As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados **poderão** comparecer ao TRE-RO.

As empresas interessadas em realizar vistoria dos veículos constantes do **ANEXO III DO TR - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO** deverão agendá-la previamente por intermédio do telefone (069) 3211-2011 ou 3211-2011/2167, na Seção de Transportes, Anexo III do TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, Porto Velho/RO.

Os agendamentos devem ser realizados até o dia útil anterior à realização do certame licitatório. Após esse prazo, dar-se-á, por todos os concorrentes, o aceite das condições em que se encontram os referidos veículos”, podendo haver vistoria posterior, mas sem qualquer reflexo nas propostas apresentadas.

O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinente e esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

2.4.11. REGULAÇÃO DE SINISTRO

Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o TRE-RO poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do TRE-RO.

O Plano Básico de Automóvel SUSEP - Seguro de Automóveis - Condições Contratuais, estabelece no item 11.1 – No caso de perdas parciais, a Cobertura do Veículo será reintegrada automaticamente, sem cobrança de prêmio adicional. A(s) cobertura(s) (coberturas reintegráveis automaticamente) também ser(ão) reintegrada(s) **sem a cobrança de prêmio adicional**, desde que a indenização ou soma das indenizações não atinja ou ultrapasse o respectivo valor da cobertura. **Nesses termos, o correndo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.**

Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do TRE-RO. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da comunicação conforme do sinistro.

2.4.12. DA INDENIZAÇÃO

Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo TRE-RO e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

2.4.12.1. DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL

Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No caso de perda total, a seguradora deve pagar a indenização referente ao valor do automóvel na data do acidente, sendo vedado o pagamento do valor com base na data da liquidação do sinistro (STJ, REsp 1546163).

Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados de sua proprietária e da sociedade seguradora.

2.4.13. DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO

Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias.

Enquanto no TRE-RO - Sede ou nos Fóruns Eleitorais, os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

Todos os veículos possuem cartazes avisos para comunicação telefônica de terceiros com as seguintes informações:

- *“Uso Exclusivo em Serviço”*
- *“Como estou dirigindo?”*
- *“Telefone contato: 148”*

A previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do TRE-RO, objeto desta contratação, durante o período da vigência do seguro, é de 20.000 km/ano por veículo.

Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

2.4.14. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

Havendo necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação vigente.

Em caso de veículos substituídos cujo valor do prêmio seja menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Seção de Transportes do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Caberá a Seção de Transportes do TRE-RO, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 02 (dois) outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão.

O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

2.4.15. DA EXCLUSÃO

Durante o período de vigência da apólice, havendo a necessidade de exclusão de veículos, a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y$$

$$Y \times Z = VT$$

onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Seção de Transportes à operadora do referido seguro.

Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Seção de Transportes do TRE-RO.

2.5. RELAÇÃO DA FROTA

Constante no **ANEXO III DO TR - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO**.

2.6. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

a) O TRE-RO realizará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento do documento de pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da SEGURADORA.

c) Nenhum pagamento será efetuado à SEGURADORA, caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) O descumprimento, pela SEGURADORA, do estabelecido na alínea “c” deste subitem, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

e) O TRE-RO, observados, se cabíveis, os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à SEGURADORA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela mesma SEGURADORA, nos termos desta contratação.

2.7. DA RESCISÃO

A rescisão desta contratação se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/93.

No caso de rescisão provocada por inadimplemento da SEGURADORA, o TRE-RO poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da apólice até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

No procedimento que visa à rescisão da apólice, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a SEGURADORA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o TRE-RO adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

2.8. DA ALTERAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação pode ser alterada nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, desde que haja interesse do TRE-RO, com a apresentação das devidas justificativas.

2.9. DO REPRESENTANTE

Considerando a natureza dos serviços descritos neste termo de referência, as peculiaridades de sua execução e para cumprimento do art. 68 da lei nº 8.666/93, a contratada deverá manter representante comercial ou corretor de seguros devidamente credenciado no Estado de Rondônia, preferencialmente na cidade de Porto Velho, localidade na qual se dará a gestão do contrato pela Administração **ou**, na falta deste, disponibilizar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

central de atendimento telefônico 24 horas/dia, com custo de ligação sem ônus para este Tribunal.

ANEXO II DA CARTA CONTRATO N. 22/2019

**TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO
2019 (REPRODUÇÃO DO ANEXO III DO TERMO DE
REFERÊNCIA RESPECTIVO)**

| Nº | UNIDADE | QV | VEÍCULO | ANO | COMB. | PLACA | CHASSI | BÔNUS ATUAL | SINISTROS ÚLTIMOS 5 ANOS |
|----|----------------|----|---------------------------|---------|----------|--------------|------------------------|-------------|--------------------------|
| 01 | TRE-RO SEDE | 1. | AMAROK | 2012/12 | Diesel | NBR 1221 | WV1DB42H 27CA699889 | 3 | NÃO |
| | | 2. | IVECO TECTOR 240E28 | 2014/14 | Diesel | OH S 3467 | 93ZE2MMH0 E8926644 | 3 | NÃO |
| | | 3. | IVECO DAILY 55C17CS | 2013/14 | Diesel | NC I 5272 | 93ZC53C01E 8454401 | 3 | NÃO |
| | | 4. | FREE MONT | 2012/12 | Gasolina | NB Q 6541 | 3C4BFAAB7 CT325538 | 3 | NÃO |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | | | | | |
|--|--|-----|-----------------|---------|------------|------------|--------------------|---|-----|
| | | 5. | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | OH W 620 6 | 8AJFY22G6F 8026751 | 1 | NÃO |
| | | 6. | NISSAN FRONTIER | 2005/06 | Diesel | NC P 943 5 | 94DCEUD22 6J696601 | 2 | NÃO |
| | | 7. | VAN DUCATO | 2009/10 | Diesel | NC F 403 9 | 93W245L34 A2049291 | 6 | NÃO |
| | | 8. | VW GOL 1.6 | 2010/11 | Gas/Álcool | NE A 909 8 | 9BWAB05U2 BT195567 | 5 | NÃO |
| | | 9. | VW GOL 1.6 | 2010/11 | Gas/Álcool | ND A 042 8 | 9BWAB05U4 BP130311 | 5 | NÃO |
| | | 10. | VW GOL 1.6 | 2011/12 | Gas/Álcool | NC P 081 9 | 9BWAB05U5 CT115048 | 4 | NÃO |
| | | 11. | VW GOL 1.6 | 2011/12 | Gas/Álcool | NC P 076 9 | 9BWAB05U3 CT114903 | 4 | NÃO |
| | | 12. | VW GOL 1.6 | 2012/13 | Gas/Álcool | NB U 016 1 | 9BWAB05U2 DP168753 | 9 | NÃO |
| | | 13. | VW GOL 1.6 | 2011/12 | Gas/Álcool | NC O 993 9 | 9BWAB05U0 CT114020 | 4 | NÃO |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | | | | | |
|--------|--------------------------|----|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|---|-----|
| | | 14 | VW GOL 1.6 | 2010 /11 | Gas/ Álco ol | NE B 451 8 | 9BWAB05U2 BP131683 | 5 | NÃO |
| | | 15 | VW GOL 1.6 | 2011 /12 | Gas/ álcoo l | NC R 445 9 | 9BWAB05U0 CT114650 | 4 | NÃO |
| | | 16 | HILU X CD | 2016 /201 7 | Dies el | OX L 939 5 | 8AJDA8CD1 H1871232 | 2 | NÃO |
| | | 17 | HILU X CD | 2016 /201 7 | Dies el | OX L 938 5 | 8AJDA8CDX H1871231 | 2 | NÃO |
| | | 18 | HILU X CD | 2016 /201 7 | Dies el | OX L 940 5 | 8AJFA8CB9 H2001276 | 9 | NÃO |
| | | 19 | AMA ROK CD | 2012 /13 | Dies el | NB S 860 2 | WV1DD42H 9DA016946 | 3 | NÃO |
| | | 20 | AMA ROK CD | 2012 /13 | Dies el | NB S 375 2 | WV1DD42H 7DA016959 | 3 | NÃO |
| 0 2 | Guajará Mirim | 21 | L200 TRIT ON | 2014 | Dies el | OH R 095 7 | 93XLNKB8T FCE98158 | 2 | NÃO |
| 0 3 | Ariquemes | 22 | HILU X CD | 2015 /15 | Dies el | OH W 628 6 | 8AJFY22G3F 8027047 | 1 | NÃO |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | | | | | |
|----|---------------------|----|-------------|---------|--------|-----------|-------------------|---|-----|
| 04 | Jaru | 23 | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | OH W 6246 | 8AJFY22G7F8027195 | 1 | NÃO |
| 05 | Ouro Preto do Oeste | 24 | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | NC M 9541 | 93XLNKB8TFCF07846 | 2 | NÃO |
| 06 | Ji-Paraná | 25 | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | NC M 9561 | 93XLNKB8TFCF07668 | 2 | NÃO |
| 07 | Rolim de Moura | 26 | L200 TRITON | 2014/15 | Diesel | OH R 0947 | 93XLNKB8TFCE98152 | 2 | NÃO |
| 08 | Espigão do Oeste | 27 | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | NC N 0471 | 93XLNKB8TFCF07865 | 2 | NÃO |
| 09 | Colorado do Oeste | 28 | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | NC M 9531 | 93XLNKB8TFCF07672 | 2 | NÃO |
| 10 | Nova Brasilândia | 29 | L200 TRITON | 2014/15 | Diesel | OH R 0967 | 93XLNKB8TFCE98133 | 2 | NÃO |
| 12 | Cacoeira | 30 | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | OH W 6146 | 8AJFY22G2F8026441 | 1 | NÃO |
| 13 | Pimenteiras | 31 | AMAROK CD | 2012/13 | Diesel | NB S 3782 | WV1DD42HXDA025171 | 3 | NÃO |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | | | | | |
|----|-------------------------------|----|--------------|----------|--------|------------|---------------------|---|-----|
| 14 | Vilhe na | 32 | HILUX CD | 2015 /15 | Diesel | OH W 641 6 | 8AJFY22G2F 8027122 | 1 | NÃO |
| 15 | Buriti s | 33 | L200 TRITON | 2014 /14 | Diesel | NC D 392 1 | 93XLNKB8T ECE86956 | 2 | NÃO |
| 16 | Cerejeiras | 34 | L200 OUTDOOR | 2010 /11 | Diesel | ND R 196 8 | 93XH NK740 BCA73391 | 5 | NÃO |
| 17 | São Miguel do Guaporé | 35 | L200 OUTDOOR | 2010 /11 | Diesel | ND R 195 8 | 93XH NK740 BCA73443 | 5 | NÃO |
| 19 | Alta Floresta do Oeste | 36 | FORD RANGER | 2011 /12 | Diesel | NB O 627 3 | 8AFER13P6 CJ491787 | 4 | NÃO |
| 20 | Alvorada do Oeste | 37 | L 200 TRITON | 2014 /15 | Diesel | OH R 097 7 | 93XLNKB8T FCE98138 | 2 | NÃO |
| 21 | Machadinho do Oeste | 38 | L200 TRITON | 2014 /14 | Diesel | NC D 393 1 | 93XLNKB8T ECE86979 | 2 | NÃO |
| 22 | Costa Marques | 39 | FORD RANGER | 2011 /12 | Diesel | NB O 610 3 | 8AFER13P9 CJ491783 | 4 | NÃO |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO POZZI PESTANA, Usuário Externo**, em 21/11/2019, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/11/2019, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/11/2019, às 08:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/11/2019, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0479045** e o código CRC **09431513**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0479045v4

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 21/11/2019 10:29:50.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 97 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. INTRODUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, I a III, da Lei n. 10.520/2002 e art. 9º, I, III, V e § 2º, do Decreto n. 5.450/05 e art. 5º, V, da IN TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Termo de Referência para que, pelo procedimento legal pertinente, seja realizada a contratação de seguro total da frota oficial de veículos automotores pertencentes a este Tribunal.

2.0. OBJETO

Contratação do serviço de seguro para atender à frota de veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis, lanternas e assistência 24 horas, conforme especificações técnicas constantes no **ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

A apólice referente aos veículos apresentados no Anexo II terá sua vigência a partir de zero hora do dia 07/01/2020.

Tratando-se de **serviços contínuos**, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no **Acórdão n. 600/2015 – TCU – Plenário**, o contrato poderá ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

3.0. JUSTIFICATIVA

A necessidade da contratação de seguro justifica-se para garantir a proteção do patrimônio público contra avarias, danos e perdas oriundos de incêndio, raio, explosão, danos elétricos, colisão, desastres que possam advir de fenômenos da natureza ou de ações humanas como acidentes, tumulto, roubo e/ou furto de veículo da frota do TRE-RO. Além disso, também visa a proteção das autoridades, servidores e particulares.

3.1 Do agrupamento em lote único:

A contratação ocorrerá agrupada em um único lote, contendo todos os itens especificados no presente instrumento pelas razões abaixo:

a) O impedimento de participação das corretoras de seguro no certame, o que restringe a oferta desses serviços para órgãos públicos, conforme art. 16 do Decreto 60.459/1967, com a redação dada pelo Decreto 93.871/1986, e reforçada, mais uma vez, pelo **Acórdão n. 600/2015 – TCU – Plenário**, segundo o qual, na formalização dos seguros para órgãos públicos, “é vedada a interveniência de corretores ou intermediários, no ato da contratação e enquanto vigorar o ajuste, admitindo-se, todavia, que a entidade seguradora contrate serviços de assistência técnica de empresa administradora de seguros”.

b) A contratação pelo valor global torna mais atrativo o objeto a ser contratado, ampliando o interesse das sociedades seguradoras;

c) a redução do custo administrativo de todo o processo de contratação e gestão de uma única apólice de seguro dos veículos, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos. Tal diretiva vai também ao encontro dos entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o **Acórdão TCU 861/2013 – Plenário**, no qual a Relatora sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes, quando da licitação: “*lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”.

Desta forma, o próprio TCU reconhece que o agrupamento é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público.

3.2 Dos critérios de sustentabilidade ambiental:

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

O artigo 6º, IV, da mesma norma, determina que essas unidades ou núcleos devem fomentar as ações que estimulem a promoção de contratações sustentáveis. Dentro dessa linha, o artigo 17 da Resolução estabelece que as contratações efetuadas pelos órgãos deverão observar:

I – critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, tais como:

- a) rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- b) eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos;
- c) eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- d) gêneros alimentícios.

II - práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

III – critérios e práticas de sustentabilidade no projeto e execução de obras e serviços de engenharia, em consonância com a Resolução CNJ 114/2010;

IV – emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as limitações de cada município.

No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir, quer nos editais ou mesmo nos instrumentos contratuais o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental. Ademais, verifica-se que o objeto pretendido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não se enquadra nas hipóteses listadas no retro citado artigo 17 da Resolução CNJ n. 201/2015.

Apesar de os critérios ainda não estarem definidos no TRE-RO, adotou-se como medida sustentável a obrigação da contratada da futura contratada apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada.

4.0 - CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao necessário planejamento e objetividade das contratações, de observância obrigatória nos termos do art. 2º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, deve-se registrar que a pretensão descrita neste termo de referência, por se tratar do atendimento de uma ação contínua, NÃO integra - como de fato não deveria - o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2015/2020). Contudo, por certo está alinhado, embora de forma genérica, com o indicador estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA na medida que busca a cobertura de eventuais prejuízos derivados de danos produzidos à frota de veículos deste Tribunal.

Tratando-se de uma ação contínua, a contratação encontra previsão na Proposta Orçamentária de 2020.

5.0. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor da contratação em **R\$ 41.035,32 (quarenta e um mil, trinta e cinco reais e trinta e dois centavos)**, devendo ser acrescido o **valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, a título de reserva orçamentária, para suprir necessidade de pagamento de franquias por eventuais sinistros.

A Instrução Normativa STI/MPOG n. 5/2014, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal, é, sempre que possível, adotada como uma boa prática neste Tribunal.

Referida norma estabelece em seu art. 2º alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços, entre eles, o Pannel de Preços, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos **180 (cento e oitenta) dias** anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

Ocorre que, pelas características próprias de cada frota, composta por veículos com características e especificações próprias, esta unidade decidiu pela pesquisa com **potenciais fornecedores**, procedimento também disciplinado no inciso IV do art. 2º daquela norma e considerado mais efetivo para estimar de forma eficiente o preço dos serviços de seguro.

Foram enviados pesquisa de preços para cinco (5) empresas, conforme eventos [0438272](#), [0438383](#), [0445285](#), [0445287](#) e [0445289](#), contudo somente duas (2) responderam. Os resultados da consulta encontram-se juntados nos eventos ([0450380](#) e [0450381](#)) deste processo. Ocorre que os valores obtidos no mercado estão extremamente superiores às duas últimas contratações deste Tribunal, a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2018 - R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) e 2019 - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Assim, por racionalidade e razoabilidade e também com fundamento no § 3º a 5º do art. 2º da referida Instrução Normativa, esta unidade decidiu desconsiderar as cotações obtidas e **optar pelo referencial da média aritmética simples dos valores das contratações de 2018 e 2019, corrigidos pelo IPCA** (referência do mês Julho/2019 – Fonte: Banco Central do Brasil), conforme eventos [0451770](#) e [0451771](#) que perfaz o valor de R\$ 41.035,32 (quarenta e um mil trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) adotado como valor estimado desta contratação.

Registra-se que no período 2018/2019 não houve alteração no quantitativo de veículos que compõem a frota deste Tribunal.

6.0. ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O contrato de seguro anual da frota de veículos discriminada no presente Termo de Referência está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2020 devendo a contratação pleiteada ser custeada pelo Orçamento Ordinário, conforme demonstrado no quadro abaixo:

| FONTE ORÇAMENTÁRIA | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO) | Ordinário |
| AGREGADOR | Operação dos serviços administrativos |
| DESPESA AGREGADA | Seguro anual da frota de Veículos |
| PLANO INTERNO | AOSA SEGURO |
| VALOR ESTIMADO | R\$ 41.035,32 |

7 - DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 Adoção da modalidade do pregão eletrônico:

Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto nº 5.450/2005, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, sob o regime de execução INDIRETA de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR.

7.2 Da exclusão de microempresas e empresas de pequeno porte e de corretores de seguro no certame:

Somente poderão participar desta licitação, exclusivamente, empresas registradas como Sociedades Anônimas, figura jurídica própria das Seguradoras que operam com o objeto deste certame, consoante dispõe o art. 24 do Decreto-lei nº 73/66.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As corretoras de seguros não poderão participar do Certame Licitatório, **nem mesmo na condição de intermediárias das contratações** (item 9.2.5 do Acórdão n. 600/2015 – TCU – Plenário).

7.3 dos critérios de aceitação da proposta:

Sagrar-se-á vencedora a empresa seguradora que apresentar **MENOR VALOR TOTAL DO SEGURO PARA TODA A FROTA**. A proposta deve ser acompanhada de planilha detalhada por veículo.

Na Elaboração da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.

As empresas licitantes deverão informar os valores dos prêmios e das franquias (observando o valor máximo de franquia estabelecido para cada veículo) individualizadas para cada veículo, quando da elaboração de suas propostas, conforme parâmetro de coberturas estabelecido no presente Termo de Referência.

O valor da franquia deverá ser a **NORMAL** (dentro dos parâmetros de mercado) e tais valores **não** deverão ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função do valor global do prêmio ofertado.

Os valores estimados neste Termo de Referência deverão ser utilizados como parâmetro médio de preço para aceitação da proposta das empresas licitantes. Desta forma, poderão ser consideradas as propostas que eventualmente apresentarem preços unitários ou globais superiores aos estimados pela Administração, desde que razoáveis, a juízo do pregoeiro.

Para elaboração das propostas as empresas licitantes deverão elaborar sua composição de preços, conforme **ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA**, do presente Termo de Referência, no qual deverão ser preenchidos os campos referentes à **nova classe de bônus do veículo, do valor da franquia e do valor dos prêmios unitários e global**.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Sagrar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o menor preço global para a execução do objeto especificado no presente Termo de Referência;

7.3 Dos requisitos de habilitação:

I – Específicos: Para fins de habilitação, as seguradoras interessadas deverão apresentar Certidão válida emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar.

A certidão poderá ser emitida/conferida pelo Pregoeiro, diretamente do sítio eletrônico da SUSEP, no endereço: <http://www.susep.gov.br/menu/servicos-aocidadao/emissao-de-certidoes>;

II - Regularidade Fiscal: A adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade junto à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e inexistência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

8.0. DO CONTRATO

8.1 Em conformidade com o **Acórdão TCU-Plenário n. 600/2015**, será lavrada Carta-Contrato entre a seguradora e este Tribunal, para regular a relação contratual e a execução do objeto, a vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 07/01/2020 ao dia 06/01/2021.

8.2 No ato da assinatura da carta-contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

8.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

8.4 Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos

8.5 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

8.6 Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

8.7 Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos, a proposta vencedora da contratada e a apólice do seguro, independentemente de transcrição.

8.8 À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.9 O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

8.10 Do prazo da vigência e execução do seguro, do reajuste, do eventual reequilíbrio econômico-financeiro e das alterações do contrato:

I - O prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, de 12 (doze) meses a partir de zero hora do dia 07/01/2020 até às 24:00 horas do dia 06/01/2021 conforme **item 2.2 do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

II – Caso o início da cobertura somente seja possível após a data indicada acima, a data a ser considerada será a da assinatura da carta-contrato.

III - Tratando-se de **serviços contínuos**, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no **Acórdão n. 600/2015 – TCU – Plenário**, o prazo de vigência da carta-contrato poderá ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93);
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

IV – No caso de prorrogação, a contratada deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um **sistema de bônus**, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

V – Ausência autorização legal, não haverá reajuste de preços pela prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses. Na hipótese de prorrogação, serão observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração.

IV - Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

V - Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.11 obrigações da administração contratante:

- a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) efetuar o pagamento do valor total do prêmio do seguro, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil contados do recebimento do **boleto/recibo de seguro, aplicadas as retenções legais** e observada as seguintes regras:

b1) O número do CNPJ constante do documento para pagamento do prêmio seguro deverá ser o mesmo indicado na Nota de Empenho, sob pena de não realização do pagamento;

b2) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

b3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

b4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em documento de pagamento emitido posteriormente à ocorrência.

c) arcar com os custos de pagamento das franquias estipuladas nas apólices;

c1) O pagamento de eventuais franquias de seguro deverá ser processado em documento de pagamento específico do prestador dos serviços, conforme valores consignados nas respectivas apólices;

d) comunicar os eventuais sinistros à contratada, nos termos estabelecidos nas condições gerais da apólice;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

8.12 Obrigações da contratada:

a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, regras, obrigações e condições estabelecidas no edital e seus anexos, em sua proposta e apólice e no instrumento de contrato;

b) Manter representante para o contrato no Município de Porto Velho – RO, localidade de execução/gestão do contrato, conforme determina o Art. 68 da Lei n. 8.666/93 OU, na falta deste, disponibilizar central de atendimento telefônico 24 horas/dia, com custo da ligação sem ônus para este Tribunal.

c) Informar ao TRE-RO, no ato da emissão da apólice, o nome e o número do telefone, para possíveis contatos, do representante local que ficará responsável pelo atendimento à contratante e o número do telefone 0800 para atendimento à distância;

d) Apresentar boleto bancário para pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura da carta-contrato;

e) Indicar número do CNPJ no recibo/proposta de seguro idêntico ao da proposta comercial;

f) Emitir a apólice de seguro dos bens no prazo de 10 (dez) dias úteis após o pagamento da proposta de seguro. Como medida sustentável, apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada;

g) Regular os eventuais sinistros no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para contados da data da comunicação conforme do sinistro pela Coordenadoria de Serviços Gerais do TRE-RO;

h) Realizar os pagamentos de indenizações devidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do cumprimento, pelo contratante, das obrigações decorrentes do sinistro, nos termos estipulados pela apólice conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP n. 256, de 16/6/2004;

h.1) No caso de perda total, a seguradora deve pagar a indenização referente ao valor do automóvel na data do acidente, sendo vedado o pagamento do valor com base na data da liquidação do sinistro (STJ, REsp 1546163).

i) Manter serviço de atendimento diário ao CONTRATANTE, 24 horas por dia, mediante disponibilização de central de atendimento telefônico ou de responsável para contato, com vistas ao atendimento de questões relativas à execução dos presentes serviços;

j) manter-se, durante a execução do presente CONTRATO, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

k) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

l) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

m) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do CONTRATO;

n) Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços ou, mediante acordo das partes, supressões em percentuais superiores, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

o) comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

9.0. SANÇÕES

9.1 O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, na forma seguinte:

I – Retardar a emissão da Apólice de Seguro:

a) Até 05 (cinco) dias após o prazo fixado: multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do prêmio da apólice;

b) De 06 (seis) até 10 (dez) dias após o prazo fixado: multa de 3% (três por cento) por dia de atraso, podendo ser caracterizada a inexecução total da obrigação, cumulada com a reparação dos prejuízos suportados pelo contratante em razão do vencimento da atual apólice de cobertura.

II – Retardar a regularização de eventual sinistro ocorrido: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do veículo sinistrado, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos, podendo ser caracterizada a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, sem prejuízo da multa moratória devida pelo atraso.

III – Retardar o pagamento de eventual indenização devida ao Contratante, além do prazo de 30 (trinta) dias consecutivos: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do veículo sinistrado, até o limite de 20 (vinte) dias consecutivos, podendo ser caracterizada a inexecução total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, sem prejuízo da multa moratória devida pelo atraso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento das demais obrigações contratuais, inclusive quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

a) primeiro atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa diária de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro.

b) segundo atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato multa diária de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro.

c) terceiro atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa diária de 3,0% (três por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro.

d) a partir do quarto atraso injustificado de 1(um) a 10 (dez) dias corridos para o cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa diária de 5,0% (cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do prêmio do seguro, podendo cumular com inexecução contratual.

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do prêmio do seguro ou do valor da obrigação inadimplida, apurada no caso concreto, nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o valor será automaticamente descontado do documento de pagamento a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão **encaminhados** ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11.0. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização da presente contratação ficarão a cargo do titular da Seção de Transportes deste Tribunal, ou quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessa condição, as atribuições constantes na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

ANEXO I - Especificações Técnicas

ANEXO II - Modelo de Proposta

ANEXO III - Relação de Veículos

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. INTRODUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Este documento estabelece os critérios para a contratação de seguro para a frota do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Os veículos objeto da cobertura estão identificados no **ANEXO III - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO**.

2. CONDIÇÕES

2.1. OBJETO:

Contratação de serviço de seguro para a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis, lanternas e assistência 24 horas.

2.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

A vigência atual do seguro da frota de veículos oficiais deste Tribunal, mantida com a SEGURADORA SURA, expira às 24h do dia 06 de janeiro de 2019.

A apólice de seguros para os veículos listados no **ANEXO III - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO** deverá ter vigência a partir de zero hora do dia 07/01/2020 até às 24h do dia 06/01/2021.

2.3. ENDOSSO:

Durante a vigência novos veículos poderão ser inseridos na mesma contratação e apólice, obedecendo às normas de inclusão por endosso e os itens 2.4.14 e 2.4.15 destas Especificações Técnicas.

2.4. CONDIÇÕES GERAIS:

2.4.1. VALOR DE MERCADO REFERENCIADO

Em caso de indenização integral, o valor pago deverá tomar por base o percentual de 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br, **na data do sinistro**. Em caso de extinção ou interrupção da Tabela FIPE, a tabela substituta será a Tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual e data. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo TRE-RO, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

2.4.2. DA APÓLICE

A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o contratante. Deverá constar na apólice referida:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso, 100%.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.
- e) Ficam estipulados os limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes das tabelas do **ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA:**
 - e1) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):
 - I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
 - II - Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
 - e2) Acidente por Passageiro (APP):
 - I - Valor para indenização morte por pessoa: 15.000,00 (quinze mil reais);
 - II - Valor para indenização invalidez por pessoa: 15.000,00 (quinze mil reais).
- f) BÔNUS: Quando houver, observando o disposto no item 2.4.5 destas Especificações Técnicas.
- g) FRANQUIA APLICÁVEL: Observando o disposto no item 2.4.7 destas Especificações Técnicas.
- h) A apólice deverá ser disponibilizada para a contratada, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do pagamento do seguro.
- i) Após a disponibilização da referida apólice, o contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.
- j) Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pelo Gestor do contrato.
- k) A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pela Seção de Transportes do TRE-RO.
- l) O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penalidades previstas em lei pelo referido atraso.

2.4.3. DA AVARIA

Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

Após procedimento de recuperação, pelo TRE-RO durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

Avárias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria previa, conforme item 2.4.10 destas Especificações Técnicas será desconsiderada quaisquer cláusula de avaria posterior,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

2.4.4. DO AVISO DE SINISTRO

O CONTRATADO deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, o CONTRATADO terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

Havendo a necessidade de reboque, o CONTRATADO deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

2.4.5. DO BÔNUS

O licitante vencedor, independentemente de ser ou não o atual contratado, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme valores descritos no **ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA**, elevando, em mais 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices.

A empresa poderá diminuir a bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes no **ANEXO III - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO**.

2.4.6. DO ENDOSSO

Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo TRE-RO e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos 2.4.14 e 2.4.15 destas Especificações Técnicas.

Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que apresentarem durante o período da vigência da apólice.

A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso da Coordenadoria de Serviços Gerais do TRE-RO.

2.4.7. DA FRANQUIA

A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

I - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

II - Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, podendo variar de acordo com as informações de cada um dos veículos e seus devidos bônus.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Os valores de franquias específicas para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverão exceder o limite máximo de **R\$ 150,00** (cento e cinquenta reais), não sendo cumulativas com a franquia geral informada no detalhamento das propostas. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

IV - Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a contratada não cobrará franquia para esses serviços.

V - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo TRE-RO, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

VI - Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

2.4.8. SALVADOS

Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora contratada.

É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

2.4.9. DOS SINISTROS

Informamos a Inexistência de sinistros nos últimos 5 anos.

DOS RISCOS COBERTOS - “SEGURO TOTAL”: O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

I - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

II - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

III - Raios e suas consequências.

IV - Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

V - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

VI - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. Nesse caso, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

VIII - Granizo.

IX - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

X - Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto no item 2.4.7.

XI - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

XII - Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

XIII - Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;

c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

2.4.10. DA VISTORIA PRÉVIA

As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados **poderão** comparecer ao TRE-RO.

As empresas interessadas em realizar vistoria dos veículos constantes do **ANEXO III - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO** deverão agendá-la previamente por intermédio do telefone (069) 3211-2011 ou 3211-2011/2167, na Seção de Transportes, Anexo III do TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, Porto Velho/RO.

Os agendamentos devem ser realizados até o dia útil anterior à realização do certame licitatório. Após esse prazo, dar-se-á, por todos os concorrentes, o aceite das condições em que se encontram os referidos veículos”, podendo haver vistoria posterior, mas sem qualquer reflexo nas propostas apresentadas.

O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinente e esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

2.4.11. REGULAÇÃO DE SINISTRO

Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o TRE-RO poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do TRE-RO.

O Plano Básico de Automóvel SUSEP - Seguro de Automóveis - Condições Contratuais, estabelece no item 11.1 – No caso de perdas parciais, a Cobertura do Veículo será reintegrada automaticamente, sem cobrança de prêmio adicional. A(s) cobertura(s) (coberturas reintegráveis automaticamente) também ser(ão) reintegrada(s) **sem a cobrança de prêmio adicional**, desde que a indenização ou soma das indenizações não atinja ou ultrapasse o respectivo valor da cobertura. **Nesses termos, o correndo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.**

Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do TRE-RO. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da comunicação conforme do sinistro.

2.4.12. DA INDENIZAÇÃO

Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo TRE-RO e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

2.4.12.1. DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL

Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

No caso de perda total, a seguradora deve pagar a indenização referente ao valor do automóvel na data do acidente, sendo vedado o pagamento do valor com base na data da liquidação do sinistro (STJ, REsp 1546163).

Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados de sua proprietária e da sociedade seguradora.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4.13. DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO

Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias.

Enquanto no TRE-RO - Sede ou nos Fóruns Eleitorais, os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

Todos os veículos possuem cartazes avisos para comunicação telefônica de terceiros com as seguintes informações:

- “*Uso Exclusivo em Serviço*”
- “*Como estou dirigindo?*”
- “*Telefone contato: 148*”

A previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do TRE-RO, objeto desta contratação, durante o período da vigência do seguro, é de 20.000 km/ano por veículo.

Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

2.4.14. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

Havendo necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação vigente.

Em caso de veículos substituídos cujo valor do prêmio seja menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Seção de Transportes do TRE-RO.

Caberá a Seção de Transportes do TRE-RO, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 02 (dois) outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão.

O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

2.4.15. DA EXCLUSÃO

Durante o período de vigência da apólice, havendo a necessidade de exclusão de veículos, a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$Y \times Z = VT$$

onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Seção de Transportes à operadora do referido seguro.

Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Seção de Transportes do TRE-RO.

2.5. RELAÇÃO DA FROTA

Constante no **ANEXO III - TABELA DE FROTA VEICULAR DO TRE-RO**.

2.6. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- a) O TRE-RO realizará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento do documento de pagamento.
- b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da SEGURADORA.
- c) Nenhum pagamento será efetuado à SEGURADORA, caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- d) O descumprimento, pela SEGURADORA, do estabelecido na alínea “c” deste subitem, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- e) O TRE-RO, observados, se cabíveis, os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à SEGURADORA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela mesma SEGURADORA, nos termos desta contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.7. DA RESCISÃO

A rescisão desta contratação se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/93.

No caso de rescisão provocada por inadimplemento da SEGURADORA, o TRE-RO poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da apólice até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

No procedimento que visa à rescisão da apólice, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a SEGURADORA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o TRE-RO adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

2.8. DA ALTERAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação pode ser alterada nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, desde que haja interesse do TRE-RO, com a apresentação das devidas justificativas.

2.9. DO REPRESENTANTE

Considerando a natureza dos serviços descritos neste termo de referência, as peculiaridades de sua execução e para cumprimento do art. 68 da lei nº 8.666/93, a contratada deverá manter representante comercial ou corretor de seguros devidamente credenciado no Estado de Rondônia, preferencialmente na cidade de Porto Velho, localidade na qual se dará a gestão do contrato pela Administração **ou**, na falta deste, disponibilizar central de atendimento telefônico 24 horas/dia, com custo de ligação sem ônus para este Tribunal.

ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA

IMPORTANTE: As informações para avaliação de risco pela proponente estão descritas no item 2.4.13 do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

TABELA 01 – SEDE do TRE:

| <u>UNIDADE</u> | ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA | QUANT | BONUS ATUAL | BÔNUS PROPOSTO S PR | SINISTRO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS |
|-----------------------|--|--------------|------------------------|--|--|
| TRE-RO | Volkswagen, modelo Amarok, 16V/S, CD2.0 16V TDI 4x4 DIE, MP3, VE, | 01 | 3 | | Não |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | |
|-------------|--|-----------|---|--|-----|
| SEDE | TE, DH, Alarme, Air Bag, banco de couro, diesel, 04 portas, Ano: 2012/2012. FIPE 005329-5. | | | | |
| | Iveco, Tector 240E28 6x2, Turbo Diesel, cabine alta e estendida tipo leito, com climatizador, AC, VE, TE, ABS e EBD, suspensor eletropneumático equipado com baú de alumínio medindo 8,80x2,60x2,80, Ano: 2014/2014. FIPE 506087-7. | 01 | 3 | | Não |
| | Iveco Daily Chassi 35S14 2P,(Diesel), equipado com baú de alumínio, tração 4X2 Ano: 2013/14. FIPE 506077-0. | 01 | 3 | | Não |
| | Fiat, modelo: Freemont, 2.4 16V, 5p, Aut. AC, VE, TE, DH, Alarme, Air Bag, Ano: 2012/12. FIPE 001365-0. | 01 | 3 | | Não |
| | TOYOTA/HILUX (DIESEL) - NAC.CAB.DUP. 3.0 SR D4-D TDI 4X4, 4p/5p, capota fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 002116-4. | 01 | 1 | | Não |
| | Frontier (Diesel) NAC. CAB. DUP 2.8 SE TB- IC, capota de fibra alta, Ano: 2005/06. FIPE 023047-2. | 01 | 2 | | Não |
| | Fiat Ducato Diesel Minibus 2.3 ME 4p/ 5p, Ano: 2009/2010. FIPE 001285-8. | 01 | 6 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6 MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, Ano: 2010/11. FIPE 005276-0. | 01 | 5 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6 MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, Ano: 2010/11. FIPE 005276-0. | 01 | 5 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6, MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, | 01 | 4 | | Não |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | |
|--|--|-----------|---|--|-----|
| | Ano: 2011/12. FIPE 005276-0. | | | | |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6, MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, Ano: 2011/12. FIPE 005276-0. | 01 | 4 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6 MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, Ano: 2012/13. FIPE 005276-0. | 01 | 9 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6, MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, Ano: 2011/12. FIPE 005276-0. | 01 | 4 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6, MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, Ano: 2010/11. FIPE 005276-0. | 01 | 5 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Gol 1.6 MI, 8V T.flex, 4P, AC, DH, VE, TE, Alarme, Ano: 2011/12. FIPE 005276-0. | 01 | 4 | | Não |
| | TOYOTA HILUX, CAB.DUPLA DIESEL CD 4X4, 2.8. Ano 2016/17. FIPE 002015-0. | 01 | 2 | | Não |
| | TOYOTA HILUX, CAB.DUPLA DIESEL, CD 4X4, 2.8. Ano 2016/17. FIPE 002015-0. | 01 | 2 | | Não |
| | TOYOTA HILUX, ABERTA, CD,4X4 MT, 2.8 TDI, Ano: 2016/17. FIPE 002144-0 | 01 | 9 | | Não |
| | Volkswagen, modelo Amarok, 16V/S, CD2.0 16V TDI 4x2 DIE, MP3, VE, TE, DH, Alarme, Air Bag, banco de couro, diesel, 04 portas, capota de fibra alta, Ano: 2012/13. FIPE0 005329-5. | 01 | 3 | | Não |
| | VW AMAROK CAB DUP 2.0, 16V TDI 4P/5P, capota de fibra alta, Ano: | 01 | 3 | | Não |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | |
|--|--------------------------------|--|--|--|--|
| | 2012/13. FIPE 005329-5. | | | | |
|--|--------------------------------|--|--|--|--|

TABELA 02 – FÓRUNS ELEITORAIS:

| <u>UNIDADE</u> | ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA | QUANTIDADE | BONUS ATUAL | BÔNUS PROPOSTO | SINISTRO 5 ANOS |
|--------------------------------|--|-------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|
| Guajará Mirim | Mitsubishi, L200 Triton 3.2 TRITON, NAC. CAB. DUP, capota de fibra alta, Ano: 2014/15. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Ariquemes | TOYOTA/HILUX (DIESEL) - NACCAB.DUP. 3.0 SR D4-D TDI 4X4, Aut. 4p/5p, capota fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 002116-4. | 01 | 2 | | Não |
| Jaru | TOYOTA/HILUX (DIESEL) - NACCAB.DUP. 3.0 SR D4-D TDI 4X4, 4p/5p, capota fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 002116-4. | 01 | 1 | | Não |
| Ouro Preto do Oeste | MITSUBISHI L-200 (Diesel) NAC. DUP 3.2 TRINTON HPE 4P/5P, capota fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Ji-Paraná | Mitsubishi, modelo L200 Triton GL 3.2 Turbo, cabine dupla, AC, VE, TE, DH, alarme, capota fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Rolim de Moura | Mitsubishi, modelo L200 Triton GL 3.2 Turbo, cabine dupla, AC, VE, TE, DH, alarme, capota de fibra alta, Ano: 2014/15. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | |
|------------------------------|---|-----------|---|--|-----|
| Espigão do Oeste | MITSUBISHI L-200 (DIESEL) NAC CAB.DUP 3.2 TRITON HPE 4P/5P, capota de fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Colorado do Oeste | MITSUBISHI L-200 (DIESEL) NAC CAB.DUP 3.2 TRITON HPE 4P/5P, capota de fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Nova Brasilândia | MITSUBISHI L-200 (DIESEL) NAC CAB.DUP 3.2 TRITON HPE 4P/5P, capota de fibra alta, Ano: 2014/15. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Cacoal | TOYOTA/HILUX (DIESEL) - NACCAB.DUP. 3.0 SR D4-D TDI, 4X4/4p / 5p, capota de fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 002116-4. | 01 | 1 | | Não |
| Pimenta Bueno | Volkswagen, modelo Amarok, 16V/S, CD2.0 16V TDI 4x2 DIE, MP3, VE, TE, DH, Alarme, Air Bag, banco de couro, diesel, 04 portas, capota de fibra alta, Ano: 2012/13. FIPE 005329-5. | 01 | 3 | | Não |
| Vilhena | TOYOTA/HILUX (DIESEL) - NACCAB.DUP. 3.0 SR D4-D TDI 4X4/4p / 5p, capota de fibra alta, Ano: 2015/15. FIPE 002116-4. | 01 | 1 | | Não |
| Buritis | MITSUBISHI L-200 (Diesel) NAC. CAB.DUP 3.2 TRITON HPE 4P/5P, capota de fibra alta, Ano: 2014/14. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Cerejeiras | Mitsubishi, modelo L200 Outdoor GL 2.5 GL, TB ,4X4, capota de fibra alta, Ano: 2010/11. FIPE 022028-0. | 01 | 5 | | Não |
| São Miguel do Guaporé | VW AMAROK CAB DUP 2.0, 16V TDI 4P/5P, capota de fibra alta, Ano: 2012/13. FIPE | 01 | 3 | | Não |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | |
|---|--|-----------|------------------------------------|--|-----|
| | 005329-5. | | | | |
| Alta Floresta do Oeste | Ford Ranger (Diesel) NAC. DUP 3.0 XLS PSE TB, capota de fibra alta, Ano: 2011/12. FIPE 003291-3. | 01 | 4 | | Não |
| Alvorada do Oeste | Mitsubishi, modelo L200, (Diesel) NAC. CAB. DUP, 3.2 capota de fibra alta, Ano: 2014/15 TRITON. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Machadinho do Oeste | Mitsubishi, modelo L200 Triton GL 3.2 Turbo, cabine dupla, AC, VE, capota de fibra alta, Ano: 2014/14. FIPE 022103-1. | 01 | 2 | | Não |
| Costa Marques | Ford Ranger, Diesel NAC. 3.0 XLD PSE. TB 2P/3P, capota fibra alta, Ano: 2011/12. FIPE 003292-1. | 01 | 4 | | Não |
| Quantidade total de Veículos Tabelas 1 e 2 | | 39 | VALOR TOTAL DA PROPOSTA TAB | | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO III - TABELA DE FROTA DO TRE-RO

| Nº | UNIDADE | QV | VEÍCULO | ANO | COMB. | |
|----|----------------|----|---------------------|---------|----------|---|
| 01 | TRE-RO SEDE | 1. | AMAROK | 2012/12 | Diesel | N |
| | | 2. | IVECO TECTOR 240E28 | 2014/14 | Diesel | O |
| | | 3. | IVECO DAILY 55C17CS | 2013/14 | Diesel | N |
| | | 4. | FREEMONT | 2012/12 | Gasolina | N |
| | | 5. | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | O |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | | |
|----|----------------------------|-----|-----------------|-----------|------------|---|
| | | 6. | NISSAN FRONTIER | 2005/06 | Diesel | N |
| | | 7. | VAN DUCATO | 2009/10 | Diesel | N |
| | | 8. | VW GOL 1.6 | 2010/11 | Gas/Álcool | N |
| | | 9. | VW GOL 1.6 | 2010/11 | Gas/Álcool | N |
| | | 10. | VW GOL 1.6 | 2011/12 | Gas/Álcool | N |
| | | 11. | VW GOL 1.6 | 2011/12 | Gas/Álcool | N |
| | | 12. | VW GOL 1.6 | 2012/13 | Gas/Álcool | N |
| | | 13. | VW GOL 1.6 | 2011/12 | Gas/Álcool | N |
| | | 14. | VW GOL 1.6 | 2010/11 | Gas/Álcool | N |
| | | 15. | VW GOL 1.6 | 2011/12 | Gas/álcool | N |
| | | 16. | HILUX CD | 2016/2017 | Diesel | O |
| | | 17. | HILUX CD | 2016/2017 | Diesel | O |
| | | 18. | HILUX CD | 2016/2017 | Diesel | O |
| | | 19. | AMAROK CD | 2012/13 | Diesel | N |
| | | 20. | AMAROK CD | 2012/13 | Diesel | N |
| 02 | Guajará Mirim | 21. | L200 TRITON | 2014 | Diesel | O |
| 03 | Ariquemes | 22. | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | O |
| 04 | Jaru | 23. | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | O |
| 05 | Ouro Preto do Oeste | 24. | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | N |
| 06 | Ji-Paraná | 25. | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | N |
| 07 | Rolim de Moura | 26. | L200 TRITON | 2014/15 | Diesel | O |
| 08 | Espigão do Oeste | 27. | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | N |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | | | |
|----|-------------------------------|-----|--------------|---------|--------|---|
| 09 | Colorado do Oeste | 28. | L200 TRITON | 2015/15 | Diesel | N |
| 10 | Nova Brasilândia | 29. | L200 TRITON | 2014/15 | Diesel | O |
| 12 | Cacoal | 30. | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | O |
| 13 | Pimenta Bueno | 31. | AMAROK CD | 2012/13 | Diesel | N |
| 14 | Vilhena | 32. | HILUX CD | 2015/15 | Diesel | O |
| 15 | Buritit | 33. | L200 TRITON | 2014/14 | Diesel | N |
| 16 | Cerejeiras | 34. | L200 OUTDOOR | 2010/11 | Diesel | N |
| 17 | São Miguel do Guaporé | 35. | L200 OUTDOOR | 2010/11 | Diesel | N |
| 19 | Alta Floresta do Oeste | 36. | FORD RANGER | 2011/12 | Diesel | N |
| 20 | Alvorada do Oeste | 37. | L 200 TRITON | 2014/15 | Diesel | O |
| 21 | Machadinho do Oeste | 38. | L200 TRITON | 2014/14 | Diesel | N |
| 22 | Costa Marques | 39. | FORD RANGER | 2011/12 | Diesel | N |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em 03 de setembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRIO LEME DA ROCHA JUNIOR, Chefe de Seção**, em 03/09/2019, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0451772** e o código CRC **3E25CC41**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0451772v4

Criado por 002767692348, versão 4 por 002767692348 em 03/09/2019 13:41:40.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: set

ASSUNTO: Contratação de empresa prestadora de serviço de seguro para a frota de veículos pertencentes ao TRE-RO, por doze meses, a partir de 07/01/2020.

PARECER JURÍDICO Nº 0456918 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Transportes - SET, com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral, pelo período de 12 (doze) meses.

02. A unidade demandante enviou, via e-mail, consulta de preços para 5 (cinco) empresas (eventos [0438272](#), [0438383](#), [0445285](#), [0445287](#) e [0445289](#)), contudo somente duas responderam, consoante eventos [0450380](#) e [0450381](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Em seguida juntou aos autos Consulta Banco Central IPCA 2018 ([0451770](#)) e Banco Central IPCA 2019 ([0451771](#)).

04. No Termo de Referência n. 97 ([0451772](#)) consta a especificação do objeto, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico, valor estimado da contratação, previsão de contrato, sanções e registro da unidade responsável pela gestão e fiscalização do contrato.

05. Destaca-se que a unidade demandante esclareceu no item 5 do TR, que foram enviadas pesquisas de preços para 05 (cinco) empresas e somente 02 (duas) responderam às consultas (eventos [0450380](#) e [0450381](#)). Esclareceu, ainda, que os valores obtidos no mercado superaram os valores das duas últimas contratações efetuadas por este Tribunal (2018 - R\$ 43.500,00 e 2019 - 35.000,00). Assim, menciona que desconsiderou as cotações obtidas e optou pelo referencial da média aritmética simples dos valores das contratações de 2018 e 2019, corrigidos pelo IPCA.

06. Conforme Despacho n. 4272/2019 ([0451802](#)) o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos à COMAP para análise do Termo de Referência/projeto Básico, à COFC para programação orçamentária da despesa, à SECONT para elaborar a minuta do instrumento contratual e concomitantemente a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

07. A COFC informou, por meio da Remessa – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0452426](#)), que por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício de 2020 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020.

08. A Coordenadora da COMAP, manifestou-se pela regularidade do Termo de Referência 97 (evento [0451772](#)), complementado pelos Anexos I a III, por estarem em consonância com as normas gerais das contratações estabelecidas **pelo disposto no inciso II do art. 3º da Lei 10.520/2002, nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05 ([0452773](#))**.

09. Assim instruídos, os autos foram enviados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. De início, convém transcrever dois acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU acerca do uso do pregão eletrônico:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

Realize adequado planejamento das contratações, de forma a prever na minuta contratual um nível mínimo de serviço exigido (NMSE) a fim de resguardar-se quanto ao não cumprimento de padrões mínimos de qualidade, especificando os níveis pretendidos para o tempo de entrega do serviço, disponibilidade, performance e incidência de erros, entre outros, bem assim estabelecendo graus de prioridades e penalidades, a luz dos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 6ª, inciso IX, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993 e do art. 8º, inciso I, do Decreto nº 3.555/2000.

11. Assim, ao considerar a definição do objeto estabelecida no TR, constata-se que os padrões de qualidade dos serviços pretendidos podem ser definidos no edital, não necessitando de uma avaliação minuciosa.

12. Conforme relatado, no item 5 do TR em comento, a SET, unidade solicitante, registrou que adotou como valor estimado o valor da contratação atual corrigido pelo IPCA, qual seja, **R\$ 41.035,32** (quarenta e um mil trinta e cinco reais e trinta e dois centavos).

13. Dessa feita, tendo em vista que o valor estimado extrapola a situação de dispensa legal e, como se trata de **serviços definidos como comuns**, cujos padrões de qualidade podem ser **objetivamente** definidos no edital (art. 2º, § 1º, do Decreto 5.450/2005), o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade **pregão, na forma eletrônica**, como determina o art. 4º do Decreto n. 5.450/2005, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 4º, § 1º, do mesmo regulamento).

14. Ademais, quanto à possibilidade de pesquisa de mercado entre potenciais fornecedores, conclui-se que, em razão das características próprias de cada frota e as especificações de cada veículo, **tornou-se menos eficiente a pesquisa padronizada junto outros entes públicos, conforme item 5.0 do TR (0451772) .**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Vale registrar que a Corte de Contas já deliberou no sentido de que, nas contratações de empresa para prestação de serviços referente à seguro de qualquer natureza, não deve acontecer intermediação de corretor de seguros - **Decisão 192/1998 Plenário e Decisão 400/1995 Plenário.**

16. A respeito do assunto, oportuno à colação trechos da **Decisão 938/2002 – Plenário:**

Decisão 938/2002 – Plenário

(...)

4.3.4 Entretanto, no Voto que fundamentou a [Decisão 400/95 TCU - Plenário](#), o Exmº Sr. Ministro Relator Adhemar Ghisi cristalizou entendimento quanto ao impedimento de ser utilizado corretor na intermediação das contratações de seguros por parte da administração pública. A seguir, transcrevemos excerto do referido Voto, verbis:

'5. A Lei 4594/64, alterada pela Lei 6.317/75, ao dispor sobre a profissão do Corretor de Seguros, previu:

'Art. 1º O corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguros, admitidos pela legislação vigente, entre as Sociedades de Seguros e as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.' (grifo nosso).

6. Conforme se observa, o art. 1º retrotranscrito atribuía competência ao corretor de seguros para intermediar transações, inclusive com pessoas jurídicas de direito público. Contudo, tal intermediação não era obrigatória, consoante se verifica do texto do art. 18 da mesma Lei:

'Art. 18 As sociedades de seguros, por suas matrizes, filiais sucursais, agências ou representantes, só poderão receber proposta de contrato de seguros:

- a) por intermédio do corretor de seguros devidamente habilitado;
- b) diretamente dos proponentes, ou seus legítimos representantes.

7. Entretanto, a mencionada Lei 4.594/64 foi revogada pelo art. 153 do Decreto-lei 73, de 21.11.66, que alterou substancialmente a competência dos corretores de seguros, ao prever em seus arts. 23 e 122:

'Art. 23 Os seguros dos bens, direitos, créditos e serviços dos Órgãos do Poder Público, bem como os de terceiros que garantam operações com ditos órgãos, serão contratados diretamente com a Sociedade Seguradora Nacional que for escolhida mediante sorteio.

§ 1º Nos casos de seguros não tarifados, a escolha da Sociedade Seguradora será feita por concorrência pública.

(...)

Art. 122 O corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as Sociedades Seguradoras e as pessoas jurídicas de direito privado'.

8. No presente caso, clara está a intenção do legislador de eliminar a intermediação na contratação de seguros pelos Órgãos do Poder Público. E para que não pairassem dúvidas quanto ao alcance da expressão 'órgãos do Poder Público' mencionada no dito art. 23, foi editado, em 28.02.67, o Decreto-lei 296, alterando a redação do art. 23 do Decreto-lei 73/66, introduzindo após a expressão 'órgãos do Poder Público' o complemento 'da administração direta e indireta'.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. A mesma intenção foi reafirmada recentemente, nos §§ 3º e 6º do Decreto 93.871/86.

(...)

4.3.5 Convém mencionar que, a partir do advento da Lei 8.666/93, os artigos dos mencionados decretos que previam a realização de sorteio para colocação dos seguros dos bens, direitos, créditos e serviços dos Órgãos do Poder Público da Administração direta e indireta encontram-se revogados, em razão da exigência de processo licitatório para contratação de seguros por parte da Administração Pública. O art. 2º da referida Lei de Licitações estabelece que 'as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei'.

17. Numa interpretação a *contrario sensu*, a participação de corretores de seguro se dá apenas e tão somente para se apurar o valor estimado da contratação. Na verdade, a contratação se dará diretamente com a seguradora, ou seja, na apólice de seguro constará como partes este Tribunal e a seguradora. Quanto ao valor total dos serviços de seguro, nele não incidirá qualquer comissão a corretagem.

18. Há outro aspecto relevante. Embora o TR tenha estimado a despesa em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a **cobertura das franquias nas eventuais situações de sinistros**, esse evento **não integra a presente contratação**, uma vez que relacionado e decorrente da manutenção e conservação de veículos, título próprio do plano de contas, o qual inclui, entre outras, as despesas com pagamento de franquias.

19. Importa salientar que o regime de **exclusividade** destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no art. 6º do Decreto 8.538/2015, deverá ser afastado, **considerada a natureza do serviço pretendido: seguro de veículo**.

20. Com efeito, empresas especializadas nesse ramo de atividade (seguro em geral) devem, obrigatoriamente, ser organizadas como sociedades anônimas (S.A) ou cooperativas, sendo que estas últimas só operarão em seguros agrícolas, de saúde e acidente de trabalho, a teor do disposto no art. 24 do Decreto – Lei n. 73/1966, daí por que não poderão usufruir do regime diferenciado e favorecido previsto na LC n. 123/2006 e respectivo regulamento.

III – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

21. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui pela autorização da contratação pretendida por meio de **pregão, na forma eletrônica**, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 4º do Decreto n. 5.450/2005, não sendo cabível o tratamento favorecido e diferenciado destinado às ME/EPP's, por falta-lhes condição de participação.

22. Vale sublinhar que o TR possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 9º, § 2º, do Decreto 5.450/2005 e está de acordo com as regras da IN TRE/RO n. 004/2008 e legislação aplicável, motivo pelo qual poderá se apresentado para **aprovação** pela autoridade competente, em atendimento ao inciso II do art. 9º do Decreto mencionado.

23. Por fim, verifica-se que não consta dos autos a Minuta de Carta-contrato prevista no item 8.0 do Termo de Referência. Contudo, essa poderá ser analisada juntamente com a minuta de edital, nos termos do inciso III do art. 4º da Lei n. 10.520/2002.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 18/09/2019, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 18/09/2019, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0456918** e o código CRC **AEA2DED2**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0456918v24

Criado por 016624702305, versão 24 por 016624702305 em 18/09/2019 16:42:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO : 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE

ASSUNTO: Contratação de empresa prestadora de serviço de seguro para a frota de veículos pertencentes ao TRE-RO, por doze meses, a partir de 07/01/2020.

DESPACHO Nº 4740 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Transporte - SET, com objetivo de contratar pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade deste Tribunal, pelo período de 12 (doze) meses ([0437712](#)).

A presente contratação foi estimada em R\$ 41.035,32 (quarenta e um mil trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), devendo ser acrescida a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de reserva orçamentária, para suprir necessidade de pagamento de franquias por eventuais sinistros, conforme item 5 do Termo de Referência 97 ([0451772](#)).

Por meio da Remessa COFC [0452426](#), a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade informou que, por tratar-se de despesa a ocorrer somente no Exercício 2020, não se faz possível a programação e reserva orçamentária por depender da LOA, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Em adendo, registrou que na proposta orçamentária deste Tribunal para o próximo exercício consta previsão de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) destinados a despesa objeto desta contratação, conforme consta no Processo SEI [0001900-92.2019.6.22.8000](#).

Em cumprimento ao item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, o Termo de Referência e seus anexos foram submetidos à análise da COMAP, que concluiu que este encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos I e III e §2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/2005 ([0452773](#)).

A AJDG opinou, em síntese, pela autorização da contratação pretendida por meio de pregão, na forma eletrônica; pela não aplicação de tratamento favorecido e diferenciado destinado às ME/EPPs, por faltar-lhes condição de participação; e pela aprovação do Termo de Referência. Ademais, verificando não constar nos autos a Minuta de Carta-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato prevista no item 8 do referido TR, dispôs que aquela poderá ser analisada juntamente com a minuta de edital, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 ([0456918](#)).

A SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0459542](#)).

Inicialmente, quanto à definição da modalidade de licitação, no caso em exame tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de pregão, na forma eletrônica, como determina o art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização. O valor referência extrapola a situação de dispensa legal, bem como trata-se de serviços definidos como comuns, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital (art. 2º, § 1º, do Decreto 5.450/2005).

Para a definição dos valores, a unidade solicitante, no item 5 do TR em comento, registrou que adotou como valor estimado o valor da contratação anual corrigida pelo IPCA, qual seja, R\$ 41.035,32 (quarenta e um mil trinta e cinco reais e trinta e dois centavos).

O valor da franquia nas eventuais situações de sinistro foi estimado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). No entanto, esse evento não integra a presente contratação, uma vez que relacionado e decorrente da manutenção e conservação de veículos, título próprio do plano de contas, o qual inclui, entre outras, as despesas com pagamento de franquias.

Ademais, o regime de exclusividade destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, deverá ser afastado, considerada a natureza do serviço pretendido ser seguro de veículo.

Diante do exposto, com base no artigo 1º, inciso I, da Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral:

1. Aprova o Termo de Referência 97 ([0451772](#)), considerando que possui os elementos essenciais definidos no [§ 2º do art. 9º do Decreto Federal n. 5.450/05](#);

2. Autoriza a licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, com fulcro no [§ 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/93](#), salvo comprovada inviabilidade de sua utilização;

3. Determina a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPPs, considerando a natureza do serviço em questão, acarretando a falta de condição de participação, com fulcro no [art. 6º do Decreto n. 8.538/2015](#) c/c [Lei Complementar n. 123/2006](#);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

4. Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do item 3.2 (I e II) do TR.

Ademais, frisa-se que a minuta da carta-contrato não foi juntada aos autos, devendo tal documento constar como anexo do instrumento convocatório, para, em cumprimento ao art. 4º, III, da Lei nº 10.520/2002, receber análise da Assessoria Jurídica, nos termos ditos no item 23 do Parecer Jurídico AJDG [0456918](#).

À SAOFC para prosseguimento dos procedimentos relativos à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/09/2019, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0459821** e o código CRC **DBE0CE25**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0459821v26

Criado por 015949082372, versão 26 por 015949082372 em 26/09/2019 14:22:43.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SET

ASSUNTO: **1. Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 27/2019** - Contratação de empresa prestadora de serviço de seguro para a frota de veículos pertencentes ao TRE-RO **2. Análise recursal** – Empresa Recorrente: **PORTO SEGURO COMPANHIA SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 0476015 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Transportes - SET, com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral, pelo período de 12 (doze) meses.

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico juntada ao evento [0460535](#), foi objeto de análise desta AJDG e seus anexos pelo Parecer Jurídico nº [0464063](#)/2019-PRES/DG/AJDG, sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e Convertido no Edital do Pregão eletrônico nº 27/2019 ([0464982](#)).

03. Iniciada a fase externa do certame, o Edital de Pregão Eletrônico citado teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso da licitação foi afixado no quadro de avisos localizado no átrio do edifício sede deste TRE/RO. Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento nº [0466767](#).

04. Não houve registro de pedido de esclarecimento nem de impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema COMPARASNET ([0470555](#));

b) proposta da empresa participante do certame – SEGUROS SURA S/A, CNPJ nº 33.065.699/0001-27 ([0470957](#)), Solicitação de diligência da Seção de Licitação e Compras - SLC, sobre a proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentada ([0470959](#)), e a respectiva manifestação favorável da unidade técnica – SET ([0471087](#));

c) documentos de habilitação da empresa mencionada ([0471576](#));

d) Ata do Pregão Eletrônico nº 27/2019 ([0475298](#)) com declaração de habilitação da empresa SEGUROS SURA S/A, CNPJ nº 33.065.699/0001-27;

e) recurso interposto pela licitante Porto Seguro Companhia Seguro Gerais, CNPJ nº 61.198.164/0001-60 ([0475299](#));

f) contrarrazões ao recurso apresentada pela licitante vencedora ([0475300](#));

g) decisão do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0475316](#)).

06. Por fim, o pregoeiro apresenta seu relatório com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação e homologação do certame ([0464982](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame (Remessa SLC [0475354](#)). **É o relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0470555](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 27/2019 ([0475298](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item VIII do Relatório do pregoeiro ([0475319](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (SET), o qual analisou as especificações técnicas do serviço ofertado e opinou na sua classificação e na aceitação do item ([0471087](#)).

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o pregoeiro declarou habilitada a licitante SEGUROS SURA S.A., CNPJ nº 61.198.164/0001-60 ([0471576](#)).

h) Recurso: O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito pelo não acolhimento visto que a sanção aplicada a licitante vencedora não abrange este Tribunal, portanto deixou de acolher o pedido, posto que improcedente. Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto caberá a autoridade superior.

09. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

10. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

11. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

12. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

13. Com relação ao mérito julgado improcedente, a empresa recorrente não apresentou razões plausíveis para frutificar suas alegações recursais. Em suas razões de recurso, a empresa noticia que a empresa declarada vencedora deixou de atender as regras editalícias no que se refere ao preceito do item 4.3, alínea “e”, do Edital da presente licitação, o qual determina que não poderá participar deste pregão eletrônico pessoa jurídica que cumpra penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal, imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União. Isto porque a seguradora SEGURO SURA S.A. foi penalizada com o impedimento de qualquer tipo de contratação junto à Administração Pública, de forma geral ([0475299](#)).

14. Em suas contrarrazões, a vencedora informa, em síntese, que cumpriu integralmente os termos do Edital, pois, embora tenha sofrido uma sanção de suspensão temporária no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, não há qualquer base legal para que o TRE/RO impeça sua participação na licitação ora em análise ([0475300](#)).

15. Após recurso foi recebido e analisado pelo Pregoeiro, o qual entendeu não ser caso de reconhecimento de algum equívoco. Assim, não houve juízo de retratação em relação a decisão atacada.

16. O entendimento quanto abrangência territorial da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, disposta no inciso III, do art. 86, da Lei 8.666/93 não é uniforme. Neste contexto, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, mediante o Recurso Especial nº 151.567/RJ – Segunda Turma posicionou-se no sentido de que os efeitos desta penalidade alcançam qualquer órgão/entidade da Administração Pública, ou seja, verifica-se um entendimento ampliativo.

17. Já o Tribunal de Contas da União – TCU pronunciou-se que esta penalidade irradia seus efeitos somente perante o órgão/entidade sancionador, consoante Acórdão TCU nº 1.166/2010 – Plenário. Tendo, portanto, efeitos restritivos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Ainda, esta divergência está presente, também, na seara doutrinária, seguido a linha do TCU, Marçal Justem Filho aduz: “ A suspensão temporária no inc. III, do art. 87, da Lei de Licitações, consiste em sanção impeditiva do direito de participar em licitação ou contratar no âmbito específico da entidade sancionadora e que se funda em conduta destituída de gravidade suficiente para impedir o sancionado de participar de licitações ou contratos perante a generalidade do Poder Público”.¹

19. Em contrapartida, Joel de Menezes Niebuhr argumenta que “o inciso II do art. 87 nº 8.666/93 prescreve expressamente que a penalidade de suspensão temporária incide sobre a Administração, isto é, somente sobre o órgão ou entidade contratante. (...) quem é suspenso temporariamente somente não pode participar de licitação e contratar com aquele órgão ou entidade que aplicou a penalidade”². Ademais, nesse mesmo sentido, é o posicionamento de Jesse Torres Pereira Junior que a empresa penalizada com a suspensão em questão está impedida de contratar ou licitar tão-somente ante o órgão, a entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade, haja vista que desta é a definição adotada pela lei.
3

20. Apesar da ausência de consenso sobre a adoção de uma ou outra corrente explanada, esta Assessoria Jurídica conclui que a corrente dominante do Tribunal de Contas fiscalizador é a que melhor se aplica, pois, considera o caráter restritivo da pena aplicada a empresa licitante, sendo válida apenas no âmbito da Entidade sancionadora.

21. Compulsando os autos, constata-se que a pena aplicada a empresa SEGURA SURA S.A. foi impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Sul e multa, nos termos do art. 28 da Lei Estadual nº 13.191/03 c/c o art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 1º, 2ª e 8ª do Decreto Estadual nº 42.2050/03, sendo o término da penalidade em 26.12.2019.

22. Diante disso, faz-se necessário também esclarecer sobre abrangência da pena prevista no art. 7º da Lei do Pregão (impedimento de licitar e contratar). É pacífico que esta sanção incide sobre o ente federativo que promoveu o pregão e fiscalizou o contrato.

23. Nesse diapasão, empreende destacar o que Menezes Niebuhr, no seu livro Pregão Presencial Eletrônico, 6ª edição, p. 244-245, preconiza que “ Perceba-se que o legislador, ao dispor das sanções administrativas, utilizou a conjunção alternativa “ou”, o que o impedimento de contratar abrange apenas o ente federativo que aplicou a penalidade, em estender-se aos demais. ” Análogo é também a jurisprudência do TCU, conforme o Acórdão nº 2.593/2013-Plenário, citado a título referencial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Deste modo, no caso em concreto, a pena de 06 (seis) meses de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Sul não alcança este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

25. Sem reparos, a decisão do pregoeiro foi pautada na jurisprudência da Corte de Contas Nacional (Acórdão TCU nº 3443/2013-Plenário), conforme se verifica no evento 0475316.

26. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação a solução dos fatos, do contrário correria o risco da ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

27. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, ao final, não deixou de ser alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado, o valor final apresentou certa vantagem, conforme a ata do certame (0475298).

28. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

29. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

30. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela **adjudicação do objeto em favor da empresa SEGUROS SURA S.A.**, CNPJ nº 33.065.699/0001-27, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, e pela **homologação do certame pela autoridade competente** com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

31. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para adoção das providências de praxe, inclusive a juntada aos autos dos comprovantes de publicação do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

Á consideração da autoridade competente.

-
1. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1.348.
 2. NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 1.122.
 3. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública. 5 ed. Rio de Janeiro, 2002, p. 790-791.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 13/11/2019, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 13/11/2019, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0476015** e o código CRC **6DA0B4F1**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0476015v18

Criado por 014827562356, versão 18 por 014827562356 em 13/11/2019 16:17:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE - SET

ASSUNTO: **Análise recursal** – Empresa Recorrente: **PORTO SEGURO
COMPANHIA SEGUROS GERAIS - Pregão Eletrônico nº 27/2019 -**

Contratação de empresa prestadora de serviço de seguro para a frota de
veículos pertencentes ao TRE/RO

DECISÃO Nº 622 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Seção de Transporte - SET, com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade deste Tribunal, pelo período de 12 (doze) meses ([0437712](#)).

Após a autorização, foi inaugurada a fase externa do processo licitatório com a publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 27/2019 ([0464982](#)). Realizado o certame extrai-se da ata do pregão ([0475298](#)) que, em relação ao objeto, a melhor proposta foi apresentada pela licitante SEGUROS SURA S/A, no valor de R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

Registrou-se o manejo de recurso pela empresa Porto Seguro Companhia Seguro Gerais, CNPJ nº 61.198.164/0001-60. Em suas razões recursais, aduz que a empresa declarada vencedora deixou de atender as regras editalícias no que se refere ao preceito do item 4.3, alínea “e”, do Edital da presente licitação, o qual determina que não poderá participar deste pregão eletrônico pessoa jurídica que cumpra penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal, imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União. Isto porque a seguradora SEGURO SURA S.A. foi penalizada com o impedimento de qualquer tipo de contratação junto à Administração Pública, de forma geral ([0475299](#)).

Em suas contrarrazões a vencedora argui, em síntese, que cumpriu integralmente os termos do Edital, pois, embora tenha sofrido uma sanção de suspensão temporária no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, não há qualquer base legal para que o TRE/RO impeça sua participação na licitação ora em análise ([0475300](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação a solução dos fatos, entendendo não ser caso de reconhecimento de algum equívoco. Conheceu do recurso, no mérito manteve a decisão atacada e remeteu os autos à AJDG para análise do procedimento e, em atenção ao disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93, encaminhou o recurso para a apreciação e decisão desta Diretoria-Geral ([0475316](#)).

A AJDG, em síntese, opinou pela adjudicação do objeto em favor da empresa Seguros Sura S.A. e pela homologação do certame ([0476015](#)).

Inicialmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado na forma prevista no edital e tempestivamente. Assim, conheço do recurso e, no mérito, verifico que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, constata-se que a pena aplicada à empresa Seguros Sura S.A. foi impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Sul e multa, com fulcro no art. 28 da Lei Estadual nº 13.191/03 c/c o art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 1º, 2ª e 8ª do Decreto Estadual nº 42.2050/03, sendo o término da penalidade em 26.12.2019.

Com efeito, é pacífico que, com relação a abrangência da pena prevista no art. 7º da Lei do Pregão (impedimento de licitar e contratar), esta sanção incide sobre o ente federativo que promoveu o pregão e fiscalizou o contrato.

Deste modo, no caso em concreto, a pena de 06 (seis) meses de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Sul não alcança este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Logo, sem reparos a decisão do pregoeiro, pautada na jurisprudência da Corte de Contas Nacional, que já pronunciou-se que esta penalidade irradia seus efeitos somente perante o órgão/entidade sancionador ([0475316](#)).

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0475298](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, esta Diretoria-Geral:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

a) **Conhece do recurso interposto pela empresa PORTO SEGURO COMPANHIA SEGURO GERAIS, por ser próprio e tempestivo e, no mérito, nega provimento,** pelos fundamentos acima descritos;

b) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 27/2019,** com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02;

c) **ADJUDICA o objeto em favor da empresa SEGUROS SURA S.A., CNPJ nº 33.065.699/0001-27, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público,** com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos e para que retorne os autos ao Pregoeiro para adoção das providências de praxe, inclusive a juntada aos autos dos comprovantes de publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 18/11/2019, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0477144** e o código CRC **C87BF615**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0477144v18

Criado por 015949082372, versão 18 por 006205542321 em 18/11/2019 15:06:16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 22/2019, assinada em 25/11/2019, decorrente do Pregão Eletrônico n. 27/2019. Contratada: SEGUROS SURA S.A., CNPJ nº 33.065.699/0001-27. Objeto: Contratação de serviço de SEGURO para os veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis, lanternas e assistência 24 horas. Fundamento Legal: Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Federais 3555/2000, 5450/2005, 9.507/2018 e Pregão Eletrônico n. 27/2019. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses. Valor: R\$ 59.500,00. A Nota de Empenho será emitida após liberação do orçamento 2020. Ato de autorização da despesa: DESPACHO Nº 4740/2019 - PRES/DG, de 26/09/2019. Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 622/2019 - PRES/DG/GABDG, de 18/11/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor MARCELO POZZI PESTANA. Processo SEI n. 0001900-92.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/11/2019, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0481157** e o código CRC **29E776C2**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0481157v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 26/11/2019 08:39:04.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 229, quarta-feira, 27 de novembro de 2019

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais torna público o Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico nº 69/2019, conforme Atas nº 62/2019 e 63/2019 com validade até 18/11/2020 e Processo nº 1908366/2019. Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais para embalagem (caixas de papelão). Empresas vencedoras e valores unitários dos itens: DANIELA FARIAS EMBALAGENS EIRELI. Item 02: R\$9,00; Item 03: R\$0,99; Item 04: R\$5,99; Item 05: R\$2,79; Item 10: R\$24,40; OPÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI. Item 01: R\$0,98; Item 05: R\$9,60; Item 06: R\$3,65; Item 07: R\$3,16 e Item 08: R\$1,61. O inteiro teor das Atas encontra-se disponível no endereço eletrônico www.tre-mg.jus.br.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Proc. Prot. 0014531-90.2019.6.14.8000. Contrato nº 113/2019. Contratante: União Federal, por intermédio do TRE/PA. Contratada: SLG COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ: 26.263.549/0001-62. Objeto: aquisição de material permanente - Condicionador de Ar. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e Pregão Eletrônico nº 24/2019. Valor global: R\$ 47.310,00. Vigência: da data de sua assinatura, encerrando-se no prazo de 90 dias. Data da Assinatura: 25/11/2019. Signatários: Eduardo Sousa de Araújo, Diretor Geral Substituto do TRE-PA, pela Contratante, e Pedro Henrique Borges da Silva Guerra, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Proc. Prot. 0014531-90.2019.6.14.8000. Contrato nº 113/2019. Contratante: União Federal, por intermédio do TRE/PA. Contratada: SLG COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ: 26.263.549/0001-62. Objeto: aquisição de material permanente - Condicionador de Ar. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e Pregão Eletrônico nº 24/2019. Valor global: R\$ 47.310,00. Vigência: da data de sua assinatura, encerrando-se no prazo de 90 dias. Data da Assinatura: 25/11/2019. Signatários: Eduardo Sousa de Araújo, Diretor Geral Substituto do TRE-PA, pela Contratante, e Pedro Henrique Borges da Silva Guerra, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. Prot. 0023410-91.2016.6.14.8000. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 89/2016. Contratante: União Federal, por intermédio do TRE/PA. Contratada: SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ: 09.338.999/0001-58. Objeto: I - PROIBIDORAR a vigência do Contrato nº 89/2016 por 12 meses, até 05/12/2020. II - REAJUSTAR o valor global do Contrato nº 89/2016, de R\$ 11.066,40 para R\$ 11.568,00, a partir de 19/10/2018. III - REAJUSTAR o valor global do Contrato nº 89/2016, de R\$ 11.568,00 para R\$ 11.901,60, a partir de 19/10/2019. Fundamentação legal: Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Sétima e Oitava do Contrato nº 89/2016. Data da Assinatura: 25/11/2019. Signatários: Eduardo Sousa de Araújo, Diretor Geral Substituto do TRE-PA, pela Contratante; Eduardo Leite Cruz, pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2019 - UASG 70019

Nº Processo: 12483/2019. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de dispositivos de Informática, por meio de processo de Registro de Preços, COM AMOSTRA, para utilização na tecnologia JE CONNECT de transmissão de dados nas Eleições 2020. PEN DRIVE 16 GB PEN DRIVE 32 GB. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 27/11/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua João Parolin, 224, Sala c 386, Prado Velho - Curitiba/PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70019-5-00069-2019. Entrega das Propostas: a partir de 27/11/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/12/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JULIAN VELLOSO PUGH
Pregoeiro

[SIASGnet - 25/11/2019] 70019-00001-2019NE000075

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2019 - UASG 70019

Nº Processo: 15083/2019. Objeto: Aquisição de licenças para upgrade de sistema operacional Microsoft Windows 7 ou 8 para a versão 10 Profissional e licenças de sistema operacional Windows 10 Pro pacote completo (full). Total de Itens Licitados: 2. Edital: 27/11/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua João Parolin, 224 - Sala c 385, Parolin - Curitiba/PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70019-5-00070-2019. Entrega das Propostas: a partir de 27/11/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/12/2019 às 16h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JULIAN VELLOSO PUGH
Pregoeiro

[SIASGnet - 26/11/2019] 70019-00001-2019NE000075

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Notas de Empenho Ordinário. TRE-PE nº 2019NE1054 e 2019NE1055, emitidas em 20/11/2019. SEI nº 0036518-38/2018.17.8000. CONTRATADAS: LG Comércio e Serviços Eireli e VC Comércio Eireli. Valores: R\$ 555,50 e R\$ 263,89. OBJETO: Material de expediente e Material para comunicações. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 006/19 deste TRE-PE. PTRES: 084509. Elemento de despesa: 3390.30.16 e 30.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 60/2019. Processo SEI nº 0009316-25.2019.6.18.8000. CONTRATADA: GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAS EIRELI, sob o CNPJ nº 18.876.112/0001-76. OBJETO: Prestação de serviços de publicação, em jornal de grande circulação, dos comunicados, avisos, resumos de editais ou quaisquer outras matérias escritas pertinentes a publicações exigidas pela Lei nº 8.666/93, bem como de todas as matérias eleitorais necessárias ao conhecimento do público em geral. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 28.245,75 (vinte e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 02.122.0570.20GP.0022 - Julgamento de Causas e Gestão e Administração, bem como 02.061.0570.4269.0001 - Pleitos Eleitorais, sob Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses a contar do recebimento da Ordem de Serviços a ser emitida pela Coordenadoria de Apoio Administrativo do TRE-PI. DATA DA ASSINATURA: 26/11/2019. ASSINAM: Pelo TRE-PI, Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva, Secretário de Administração Orçamento e Finanças e, pela contratada, a Sra. Kelli Alessandra Bandetini.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 62/2019. Processo SEI nº 0013701-16.2019.6.18.8000. CONTRATADA: GS BRANDING E SERVIÇOS LTDA, sob o CNPJ nº 28.347.282/0001-17. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assinatura de banco de imagens por meio digital (internet), para atender às necessidades do Serviço de Reprografia do TRE-PI. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: 2.998,00 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 02.122.0570.20GP.0022 - Julgamento de Causas e Gestão e Administração, sob Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses improrrogáveis, contados a partir da data prevista na Ordem de Serviço. DATA DA ASSINATURA: 26/11/2019. ASSINAM: Pelo TRE-PI, Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva, Secretário de Administração Orçamento e Finanças e, pela contratada, o Sr. Glaucio Roberto Garcia.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo 0015607-41.2019.6.18.8000. OBJETO: Contratação de curso in company, com o tema "Formação de Formadores em Cidadania", com carga horária de 16 horas/aula, visando a qualificação de 50 participantes. VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programas de Trabalho nº 02.122.0570.20GP.0022 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa; Elemento de Despesa nº 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física e 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. CONTRATADO: EPHISTHEME - Pesquisa e Planejamento em Educação, CNPJ: 08.259.573/0001-46. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93. RATIFICAÇÃO: em 20/11/2019, por Geraldo Sebastião Almeida Filho Neto, Diretor-Geral do TRE/PI, autoridade delegada pela Portaria TRE/PI 114/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 48/2019-TRE/RN; 2) Contratado: NEW ENERGY ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA (CNPJ: 17.272.877/0001-34); 3) Objeto: Fornecimento e Instalação de Sistemas de Micro e Minigeração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID, nos municípios de Assu e Parnamirim/RN, compreendendo a elaboração do projeto executivo e a aprovação do parecer de acesso junto à concessionária de energia, o fornecimento de todos os equipamentos e materiais, a montagem completa, instalação e conexão junto à concessionária de energia, e comissionamento, treinamento e suporte técnico; 4) Amparo: Lei 8.666/93; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 5235/2019 - TRE/RN; 6) Vigência: 12 meses, a conta da sua assinatura; 7) Cobertura Orçamentária: Notas de Empenho n.ºs 2019NE800396 e 2019NE800397; 8) Valor: R\$ 67.999,00; 9) Data de Assinatura: 08/11/2019; 10) Signatários: pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pelo Contratado, Pedro Paulo Lopes de Moraes.

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 56/2019-TRE/RN; 2) Contratado: POSITIVO TECNOLOGIA S.A. (CNPJ: 81.243.735/0001-77); 3) Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, a seguir descritos: Microcomputador (30 unidades do item 02 do Pregão Eletrônico nº 28/2019 - ARP 134/2019 - TRE/RN); 4) Amparo: Lei 8.666/93; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 10376/2019 - TRE/RN; 6) Vigência: 60 meses, a conta da sua assinatura; 7) Cobertura Orçamentária: Nota de Empenho n.º 2019NE800429; 8) Valor: R\$ 115.125,00; 9) Data de Assinatura: 14/11/2019; 10) Signatários: pelo Contratante, Marcos Flávio Nascimento Maia, Diretor-Geral, em substituição, do TRE/RN, e, pelo Contratado, Aldrin Carliquist da Silva Xavier.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2019 - SRP

Processo SEI nº 2019.0.000041482-4

A Sra. Diretora-Geral em substituição torna pública a homologação da licitação mediante Pregão Eletrônico por SRP nº 44/19, destinado à contratação de empresa de agenciamento de viagens para os membros, servidores e colaboradores do TRE/RJ, sendo vencedora a empresa VOAR TURISMO EIRELI, pelo valor de R\$536.489,12.

RENATA MOTTA GERONIMI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 22/2019, assinada 25/11/2019, decorrente do Pregão Eletrônico 27/2019. Contratada: SEGUROS SURA S.A., CNPJ 33.065.699/0001-27. Objeto: Contratação de SEGURO para os veículos do TRE-RO. Fundamento: Lei 8.666/1993, 10.520/2002 e demais normas aplicáveis. Vigência: 12 meses, contar de 07/01/2020. Valor: R\$ 59.500,00. Nota de Empenho será emitida com orçamento 2020. Homologação: DECISÃO 622/DG, de 18/11/19. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, MARCELO POZZI PESTANA. Processo SEI 0001900-92.2019.6.22.8000.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tre-rr.jus.br/sistemaeleitoral>, pelo código 0530205112700402

140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

